

## **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

### **PROJETO DE LEI Nº 4.423, DE 2008**

Acrescenta o art. 7-A à Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que “autoriza a concessão de bolsas de estudo e pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.”

**Autor:** Deputado JOÃO MATOS

**Relator:** Deputado JOAQUIM BELTRÃO

## **I – RELATÓRIO**

Pelo projeto de lei em análise, pretende seu autor acrescentar artigo à Lei nº 11.273, de 2006, de modo a permitir que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE conceda bolsas, em valor de até R\$ 300,00 (trezentos reais), aos tutores que atuam em cursos de formação continuada a distância para agentes públicos e cidadãos, voltados para a execução, o monitoramento, a prestação de contas e o controle social dos recursos públicos destinados à educação básica.

Transcorrido o prazo regimental, a proposição não recebeu emendas no âmbito desta Comissão.

## **II – VOTO DO RELATOR**

O objetivo do projeto é meritório. É sem dúvida relevante a formação para a adequada gestão dos recursos públicos voltados para a

educação básica. É indispensável a qualificação dos agentes públicos e dos cidadãos, para participação nos diversos espaços de controle do uso desses recursos, como, por exemplo, os conselhos do FUNDEB e os conselhos das unidades executoras vinculadas às escolas. Isto sem falar na melhoria do perfil profissional dos servidores dos órgãos centrais da educação nos entes federados.

É preciso, porém, adequar a proposição ao escopo da lei que pretende modificar. Esta contempla bolsas para professores em diferentes dimensões dos processos de formação inicial e continuada: seja como cursistas, seja como docentes nessa formação. Mas os beneficiários são sempre os professores.

Dessa forma, ao incluir os cursos de que trata o projeto em questão, é preciso manter a consistência do conteúdo da lei, assegurando que as bolsas se destinem a professores que atuem como tutores em tais cursos. Mas vale considerar não apenas o papel de tutor em cursos a distância. É possível a oferta de cursos presenciais, com atuação docente direta. E também merece ser considerada a atividade de elaboração desses cursos, por parte dos professores.

Finalmente, a exemplo do que já ocorreu com a Lei nº 11.907, de 2009, que inseriu o § 4º no art. 1º da Lei nº 11.273, de 2006, para prever a possibilidade de concessão, pelo FNDE, de bolsas a professores que atuem em cursos de formação de funcionários de escola e de secretarias de educação e de formadores, a melhor alternativa formal parece ser a de adicionar, nesse artigo, o § 5º, tratando, de modo genérico, da matéria objeto do projeto de lei em análise, sem determinar valores ou outros detalhes. Caberá assim ao Poder Executivo delimitar valores e suas formas de aplicação.

Ao mesmo tempo, entendemos conveniente apresentar alteração de redação do § 1º do art. 2º da Lei 11.273, de 2006, no sentido de não limitar o período de duração das bolsa de estudo a tempos inferiores aos dos cursos que os professores vierem a frequentar. Em consequência, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES terão maior flexibilidade para fixar o período de duração das bolsas de estudo para formação inicial e continuada de professores da educação básica.

Tendo em vista o exposto, voto pela aprovação do projeto de lei nº 4.423, de 2008, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 05 de novembro de 2009.

Deputado JOAQUIM BELTRÃO  
Relator

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.423, DE 2008

Acrescenta § 5º ao art. 1º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, para dispor sobre a concessão de bolsas a professores que atuem em cursos de formação continuada para agentes públicos e cidadãos, voltados para a execução, a prestação de contas, o acompanhamento e o controle social de recursos públicos para a educação básica, e altera a redação do § 1º ao art. 2º da mesma Lei, para dispor sobre a limitação do período de duração das bolsas à duração do curso ou projeto ao qual o professor estiver vinculado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 1º .....  
.....

§ 5º O FNDE poderá conceder bolsas a professores que atuem na elaboração, na docência e na tutoria em cursos de formação continuada, presenciais ou a distância, para capacitação de agentes públicos e cidadãos envolvidos com a execução, o monitoramento, a prestação de contas ou controle social dos recursos públicos destinados à educação básica.” (NR)

Art. 2º O § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....  
§ 1º O período de duração das bolsas será limitado à duração do curso ou projeto ao qual o professor estiver vinculado.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 05 de novembro de 2009.

Deputado JOAQUIM BELTRÃO  
Relator